

# Salário mínimo sobe para R\$ 1.302 a partir do dia 1º

Bolsonaro assinou medida provisória que garante aumento acima da inflação de 1,5%

DESÃO PAULO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou medida provisória que sobe de R\$ 1.212 para R\$ 1.302 o valor mensal do salário mínimo no País a partir do próximo dia 1º. A MP foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e, segundo a Secretaria-Geral da Presidência a correção considera uma variação prevista de 5,81% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de janeiro a dezembro de 2022, mais ganho real (acima da inflação) de 1,5%.

Segundo a MP, o valor mínimo a ser pago na jornada será de R\$ 43,40 e R\$ 5,92, respectivamente, aos trabalhadores que recebem por dia ou por hora.

Conforme a MP, o valor de R\$ 1.302 se refere ao salário mínimo nacional e é aplicável a todos os trabalhadores dos setores público e privado, como também para as aposentadorias e pensões.

A MP será enviada ao Congresso para ser confirmada em convertida em lei, mas já começa a produzir efeitos a partir do dia 1º.

## NOVO GOVERNO

O relatório final do Orçamento do próximo ano, elaborado pelo senador Marce-



Consumo na região da 25 de Março: orçamento prevê alta do mínimo

lo Castro (MDB-PI), prevê R\$ 6,8 bilhões para o aumento real do salário mínimo, promessa de campanha do presidente eleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O parecer

também eleva os recursos para Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Defesa, Agricultura e programas sociais.

A expectativa de Castro é que o relatório seja votado

## PEC

Para remanejar recursos do Orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) levou em conta o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição da forma como foi aprovado no Senado. A PEC, contudo, precisa do aval da Câmara, onde ainda não há consenso sobre as medidas. No domingo, Castro se reuniu com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar do Orçamento. A PEC amplia o teto de gastos, regra que limita o aumento das despesas do Governo à variação da inflação, em R\$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família.

na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira e analisado no plenário do Congresso na próxima semana.

O relator direcionou R\$ 22,7 bilhões a mais à Saúde; R\$ 11,2 bilhões a mais à Educação; R\$ 75 bilhões a mais ao Ministério da Cidadania, responsável pelo novo Bolsa Família e outros benefícios; R\$ 500 milhões a mais para Defesa; R\$ 9,5 bilhões a mais ao Desenvolvimento Regional; e R\$ 3,7 bilhões a mais para o Turismo, entre outros setores. (Estadão Conteúdo)